

## SIMPÓSIO AT092

### ANÁLISE LINGUÍSTICA, SEMIÓTICA OU GRAMÁTICA? AS INSTRUÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS ENTRE FORMAS E USOS DA LÍNGUA

PAULINO, José Bruno da Silva -UAG/UFRPE-josebrunopaulino@gmail.com  
SILVA, Thaynnáh Cibelly Caetano- UAG/UFRPE-thaynnah.cibelly@gmail.com  
PEREIRA, Sônia Virginia Martins – UAG/UFRPEsoniaavmpereira@gmail.com

#### Resumo

Neste trabalho, apresenta-se uma análise comparativa entre referenciais curriculares oficiais brasileiros para o ensino da língua portuguesa, na educação básica, destacando-se concepções e encaminhamentos teórico-metodológicos no ensino da análise linguística e da gramática. Para a interpretação dos dados foram consideradas pesquisas brasileiras que, a partir de diversas abordagens teóricas, têm orientado o ensino de gramática da língua portuguesa (ANTUNES, 2007; GERALDI, 1997; TRAVAGLIA, 1996). O *corpus* constituído como objeto de estudo são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) caracterizando a pesquisa como uma análise documental, sob enfoque qualitativo-interpretativista. A construção metodológica por etapas: i) Revisão bibliográfica dos estudos sobre o ensino da análise linguística/gramática, dos autores citados; ii) Levantamento das orientações dos PCN sobre o eixo da análise linguística; iii) Levantamento das orientações da BNCC sobre o eixo da análise linguística/semiótica; iv) Análise comparativa das orientações teórico-metodológicas para o ensino da gramática/análise linguística/semiótica, entre os PCN e a BNCC. Como considerações parciais do estudo, evidencia-se uma das contribuições dos referenciais curriculares: o aprofundamento da reflexão acerca do estudo e da análise de elementos linguístico-discursivos, tomados como objetos de ensino de língua portuguesa e focalizados desde os PCN, com sua ampliação na BNCC, trabalhando os gêneros discursivos também em seus traços léxico-semânticos, de modo a permitir uma visão pedagógica contemporânea para as práticas de linguagem e as formas pelas quais os textos são produzidos e circulam socialmente.

**Palavras-chave:** referenciais; português; análise linguística/semiótica; gramática.

#### Abstract

In this paper, a comparative analysis is presented between the guidelines established in official brazilian curricular frameworks for the teaching of the portuguese language, in basic education, with the intent of highlighting conceptions and theoretical-methodological referrals in the teaching of linguistic analysis and grammar. For the interpretative analysis of the data were considered brazilian researches which, based on several theoretical approaches, have oriented the teaching of grammar of the portuguese language (ANTUNES, 2007; GERALDI, 1997; TRAVAGLIA, 1996). The *corpus* constituted as object of study are the Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) characterizing the research as a documentary analysis, under a qualitative-interpretative approach. The

methodology was developed in stages: i) Bibliographic review of the studies about teaching of linguistic analysis / grammar analysis, of the cited authors; ii) Survey of the PCN guidelines about the axis of the linguistic analysis; iii) Survey of the BNCC guidelines about the axis of the linguistic/semiotic analysis; iv) Comparative analysis of the theoretical-methodological guidance for the grammar/linguistic analysis/semiotic teaching, among the PCN and the BNCC. As partial considerations of the study, it is possible to evidence one of the contributions of curricular references: the deepening of the reflection about the study and analysis of linguistic-discursive elements, taken as objects of portuguese language teaching and focused since the PCN, with its expansion at the BNCC, working the discursive genres also in its lexical-semantic traits, in order to allow a pedagogical contemporary vision to language practices and the ways in which texts are produced and socially circulated .

**Keywords:** references; portuguese language; linguistic/semiotic analysis; grammar.

## Introdução

Após mais de duas décadas de publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em que a análise linguística (AL) é proposta como objeto de ensino, que mudanças, semelhanças e diferenças o referencial curricular mais recente, do Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mantém em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais, especialmente quanto ensino das estruturas e dos usos da língua portuguesa? Com essa questão central, neste trabalho, procuramos refletir sobre os fundamentos teóricos e metodológicos que embasam os documentos curriculares oficiais direcionados à educação básica, objetivando descrever os encaminhamentos dados para o ensino da análise linguística/gramática nas aulas de língua portuguesa.

As orientações teórico-metodológicas apresentadas pelos referenciais curriculares resultam das concepções sobre língua, linguagem e ensino-aprendizagem da língua portuguesa que assumem. No caso dos documentos oficiais analisados, há explicitamente uma adesão a concepções sócio-interacionistas de língua e linguagem, como pode ser constatado, na BNCC, na qual se afirma que o documento adota “a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais” (BRASIL, 2017, p. 65). Desse modo, nesses documentos, a linguagem é um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais, o que envolve situações de produção, circulação e recepção de textos e gêneros discursivos e mostra o quanto a língua é viva e dinâmica.

Dessa maneira, a análise se voltará para a exposição sobre como os referenciais curriculares tomados como *corpus* de estudo, em sua proposta de recontextualização didática dessas concepções para, assim, entendermos, de modo mais abrangente, as orientações para o trabalho pedagógico com os objetos de ensino do eixo de análise linguística/ semiótica.

### **1. Retorno a concepções de língua, linguagem e gramática**

O estudo de Travaglia (1996) resume didaticamente três principais concepções de linguagem vistas como embasamento teórico para o ensino de língua portuguesa, no Brasil: i) Linguagem como expressão do pensamento, concepção baseada na ideia de que as pessoas não se expressam bem porque não pensam. Sendo assim, a expressão se constrói no interior da mente e sua exteriorização é apenas uma tradução do que a mente elabora; ii) Linguagem como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação. Nessa concepção, o falante tem em sua mente uma mensagem a transmitir a um ouvinte, e, para isso, ele a coloca em código remetendo-a para o outro através de um canal. O receptor recebe os sinais codificados e os transforma de novo em mensagem. É isto que se chama decodificação; iii) Linguagem como forma ou processo de interação, concepção em que a linguagem é um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico.

Essas concepções podem ser relacionadas a definições e tipos de gramática, também expostos por Travaglia (1996), que se baseia em Franchi, do seguinte modo: i) Definição de gramática normativa como o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas por especialistas, a partir da língua consagrada pelos bons escritores. Para a definição de uma chamada norma culta, são apresentados argumentos de natureza estética, estilística ou aristocrática, política, comunicacional e histórica; ii) Conceito de gramática descritiva como um sistema de noções pelas quais são descritos os fatos de uma língua, o que permite relacionar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso. Nisso, há separação do “gramatical” do “não gramatical”; iii) Gramática internalizada, que corresponde ao saber linguístico que o falante de

uma língua desenvolve nos limites de sua carga genética, em condições apropriadas de natureza social e antropológica. A gramática internalizada é a que constitui não só a competência gramatical do usuário, mas também sua competência textual e discursiva, e portanto, a que possibilita sua competência comunicativa.

A essas concepções, o autor já citado relaciona os tipos de gramática: normativa, descritiva, internalizada ou competência linguística internalizada do falante, implícita, explícita ou teórica, reflexiva (atividades linguísticas, atividades epilinguísticas e atividades metalinguísticas), 7) contrastiva ou transferencial, geral, universal, histórica e comparada. Sob outro ponto de vista e critérios, Antunes entende que ao pensarmos em gramática, podemos pensar em diferentes aspectos e elementos que remetem ao termo: regras que definem o funcionamento de determinada língua; regras que definem o funcionamento de determinada norma; perspectiva de estudo ou de uma tendência histórica de abordagem; disciplina escolar; livro (ANTUNES, 2007, p. 25 e 26). Para a autora, essas acepções coexistem, ou seja, relacionam-se e se referem a “tipos” de gramática.

## **2. A proposta de uma análise linguística**

De acordo com Mendonça, “o termo análise linguística, surgiu para denominar uma nova perspectiva de reflexão sobre o sistema linguístico e sobre os usos da língua, com vistas ao tratamento escolar de fenômenos gramaticais, textuais e discursivos.” (MENDONÇA, 2006, p. 205). Em razão de os PCN terem trazido para o currículo da disciplina língua portuguesa esse novo objeto de ensino, tomando-o como uma das práticas de linguagem a estar presente no cotidiano do ensino do português, nas escolas brasileiras, trabalhar a língua dentro dessa visão, implica considerar os fatores externos a ela, expandindo o horizonte dos alunos, fazendo-os refletirem acerca do que está sendo ensinado.

Geraldi, que trouxe essa nomenclatura para o cenário da disciplina, sob um enfoque enunciativo-discursivo, assim definiu o novo objeto ensino, na obra *O texto na sala de aula*, em nota de rodapé, em seu texto *Unidades básicas para o ensino de português*, em nota de rodapé, nos seguintes termos:

O uso da expressão “Análise Linguística”, não se deve ao mero gosto por novas terminologias. A análise linguística inclui tanto

o trabalho sobre as questões tradicionais da gramática quanto questões amplas a propósito do texto; adequação do texto aos objetivos pretendidos; análise dos recursos expressivos utilizados (metáforas, metonímias, paráfrases, citações, discursos direto e indireto, etc.); organização e inclusão de informações etc. Essencialmente, a prática de análise linguística não poderá limitar-se à higienização do texto do aluno em seus aspectos gramaticais e ortográficos, limitando-se a “correções”. Trata-se de trabalhar com o aluno o seu texto para que ele atinja seus objetivos junto aos leitores a que se destina (GERALDI, 1997, p.74).

Com a presença desse novo objeto de ensino trazida pelos PCN e com permanência do mesmo objeto na BNCC, os principais referenciais curriculares brasileiro defendem, assim que análise linguística é um eixo imprescindível no ensino de língua portuguesa para a reflexão sobre os fenômenos linguísticos-discursivos que ocorrem com a língua em uso, nas interações sociais. Entretanto, a BNCC amplia a expressão para análise linguística/semiótica. Ao que parece, desse modo, há uma ampliação do objeto de ensino, ao se levar em conta os recursos multimodais ou semióticos que estão presentes nas práticas de linguagem na sociedade atual.

Com base no princípio de que a língua deveria ser considerada em situações de uso, tendo como fundamento desse princípio a concepção de língua como interação, os PCN, de certa forma, deixaram de destacar questões gramaticais, e alguns elementos dessa ordem deixaram de receber tratamento objetivo. Por outro lado, na BNCC, determinadas questões gramaticais são descritas mais explicitamente e postas em todos os ciclos do ensino fundamental e do ensino médio. Ainda assim, a BNCC defende que a análise da língua seja realizada de maneira atrelada às práticas sociais, mantendo o foco na abordagem sociointeracionista de linguagem. O fato de serem apresentados objetos de ensino referentes a elementos gramaticais não indica a ênfase no simples domínio de regras de uma norma padrão da língua, mas, sim, que o ensino de regras deve ser substituído pela compreensão das formas de uso da língua, de acordo com a situação comunicativa. As práticas de análise linguística devem abranger textos com variados recursos multimodais e multissemióticos.

### 3. O panorama geral do eixo da análise linguística na BNCC

A seguir, apresentamos o quadro geral com os conhecimentos linguísticos/gramaticais arrolados para o ensino das práticas de análise linguística/semiótica, as quais estão direcionadas a todos os campos de atuação social, no ensino fundamental.

<b>Fono- ortografia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e analisar as relações regulares e irregulares entre fonemas e grafemas na escrita do português do Brasil.</li> <li>• Conhecer e analisar as possibilidades de estruturação da sílaba na escrita do português do Brasil.</li> </ul>
<b>Morfossintaxe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer as classes de palavras abertas (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios) e fechadas (artigos, numerais, preposições, conjunções, pronomes) e analisar suas funções sintático-semânticas nas orações e seu funcionamento (concordância, regência).</li> <li>• Perceber o funcionamento das flexões (número, gênero, tempo, pessoa etc.) de classes gramaticais em orações (concordância).</li> <li>• Correlacionar as classes de palavras com as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.).</li> </ul>
<b>Sintaxe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e analisar as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.).</li> <li>• Conhecer e analisar a organização sintática canônica das sentenças do português do Brasil e relacioná-la à organização de períodos compostos (por coordenação e subordinação).</li> <li>• Perceber a correlação entre os fenômenos de concordância, regência e retomada (progressão temática – anáfora, catáfora) e a organização sintática das sentenças do português do Brasil.</li> </ul>
<b>Semântica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo; sinonímia/antonímia; polissemia ou homonímia; figuras de linguagem; modalizações epistêmicas, deônticas, apreciativas; modos e aspectos verbais.</li> </ul>
<b>Variação linguística</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos.</li> <li>• Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.</li> </ul>
<b>Elementos notacionais da escrita</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer as diferentes funções e perceber os efeitos de sentidos provocados nos textos pelo uso de sinais de pontuação (ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos) e de pontuação e sinalização dos diálogos (dois-pontos, travessão, verbos de dizer).</li> <li>• Conhecer a acentuação gráfica e perceber suas relações com a prosódia.</li> <li>• Utilizar os conhecimentos sobre as regularidades e irregularidades ortográficas do português do Brasil na escrita de textos.</li> </ul>

**Fonte: BNCC ensino fundamental, p. 80 e 81**

O quadro expõe os objetos de conhecimento a serem trabalhados nos ciclos do ensino fundamental em relação às práticas de análise linguística/semiótica, mas que devem estar inter-relacionadas às práticas de uso-leitura/escuta e produção de textos. Ou seja, a análise linguística, desde que foi proposta nos PCN, funciona como uma categoria de análise de textos, gêneros e discursos que circulam socialmente; portanto, não cabe um ensino de língua que priorize a gramática por ela mesma, num exercício de metalinguagem.

Com esse encaminhamento metodológico, as práticas de leitura, compreensão, interpretação e produção de textos orais, escritos e multissemióticos possibilitam situações didáticas de reflexão sobre a língua portuguesa e as linguagens, de forma geral, em que essas descrições, regras e esses conceitos operam e onde serão simultaneamente construídos, como dito na própria BNCC.

### **Considerações finais**

Ainda está presente nos estudos sobre o ensino de língua, no Brasil, a discussão sobre o ensino de gramática nas escolas, que tem sido ministrado desde os anos iniciais do ensino fundamental até o ensino médio.

De acordo com as diretrizes contidas nos referenciais curriculares de língua portuguesa, o ensino da língua e da linguagem deve levar em conta os elementos estruturais que compõem a gramática da língua, a partir de práticas de análise linguística. Embora desde os PCN essa perspectiva de ensino esteja presente oficialmente nos documentos curriculares, ainda parece haver a ideia de se priorizar ou a gramática ou a análise linguística, tomando esses dois objetos de conhecimento em contraposição, estabelecendo-se a uma dicotomia entre “regra e uso”.

Ao priorizar o ensino de regras gramaticais nas aulas, desvinculadas das práticas de leitura e escrita, o professor estará adotando uma visão normativista da língua, reforçando a ideia de que a língua portuguesa é vista como um sistema fechado, indiferente a mudanças, separando as estruturas gramaticais dos usos da língua, que se revelam nos textos, nos gêneros discursivos e nos discursos. Se baseada nessa visão, a metodologia do ensino

de português tem caráter meramente transmissivo, com apoio em modelos baseados no que se estabelece numa variedade formal da língua.

Em contraponto, o ensino de língua portuguesa, sob a perspectiva da análise linguística/semiótica, como propõem os referenciais curriculares brasileiros, possibilita ao estudante refletir sobre sentidos e propósitos mobilizados por determinada palavra, frase ou texto. Nessa perspectiva, a língua é vista ou entendida como algo em constante transformação, cria e recria-se a todo momento, resultado das interações entre os indivíduos. O que os documentos curriculares oficiais trazem é essa perspectiva de reflexão sobre a língua, indicando que o ensino deve ser pautado sob ênfase de uma análise linguística e semiótica, levando-se em conta os multissistemas que se encontram em nossa sociedade letrada, o que requer uma nova percepção para o ensino de gramática nas aulas de língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Irandé. Que gramáticas existem? In ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. Cap. 2, p. 25-34.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC>>. Acesso: 21 abr. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

GERALDI, João Wanderlei. **O texto na sala de aula**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1997.

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, C; MENDONÇA, M. org. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Concepções de Gramática. In. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996. Cap. 3, p. 24-37.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Concepções de Linguagem. In. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996. Cap. 2, p. 21-23.